

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA – MG**

JUIZ TITULAR DA VARA: MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA



**Lei de Criação: Lei nº 7.471, de 30-4, de -1986
Data da instalação: 10-4-1987**

Jurisdição: Uberlândia, Araporã, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte e Tupaciguara.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 12-6-2012, p. 2.

ATA DE CORREIÇÃO

Às 8 horas do dia dezessete de julho de 2012, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **Bolívar Viégas Peixoto**, deu início à Correição Ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia, situada na Avenida Cesário Alvim, 3200, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Marco Aurélio Marsiglia Treviso**; pelo Diretor de Secretaria, Sr. Guilherme Egídio Cunha Costa; pelos servidores Bethese Bernardes Ferreira Cunha, Christiano Rios da Silva, Débora Satie Taba Miwa, Edimilson Carlos Ferreira, Gracielle Maria Oliveira Faria, Luciene Antônia Barbosa, Maria Conceição Rosa do Amaral, Nadir Rodrigues de Melo e Susiley Aparecida Borges Almeida; pelos estagiários Araí Ribeiro Paiva e Tawana Cristina Silva e por Matheus Rocha da Costa, funcionário da FENEIS. Ausentes o MM. Juiz Titular da Vara, Dr. **Marco Antônio de Oliveira** e os servidores Francisco Pascoal Neto e Valéria Cristina Martins de Oliveira, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Do mencionado protocolo, consta o registro de 1258 (mil duzentos e cinquenta e oito) processos distribuídos até o dia 16-7-2012, apurando-se a média de 10,23 (dez vírgula vinte e três) processos por dia útil.

1.2. PAUTA – As audiências dos processos submetidos ao procedimento sumariíssimo e ao procedimento ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 17-7-2012, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

- a) procedimento sumariíssimo: 2-8-2012;
- b) procedimento ordinário: 16-8-2012;
- c) instrução: 30-11-2012.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 142 (cento e quarenta e duas) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 41 (quarenta e uma) foram devolvidas para os Juízos Deprecantes.

1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 242 (duzentas e



quarenta e duas) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 153 (cento e cinquenta e três) foram devolvidas pelos Juízos Deprecados.

1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 486 (quatrocentos e oitenta e seis) autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 366 (trezentos e sessenta e seis) processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.6. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 9 (nove) autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 244 (duzentos e quarenta e quatro) autos de processos com carga, das quais 24 (vinte e quatro) vencidas e cobradas.

1.8. CARGA PARA PERITOS – Constam 66 (sessenta e seis) autos de processos com carga, das quais 33 (trinta e três) vencidas e cobradas.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 1122 (mil cento e vinte e dois) mandados expedidos no ano em curso, dos quais 63 (sessenta e três) pendentes de cumprimento, todos no prazo.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 12 (doze) autos de processos com carga para o serviço de cálculos judiciais, todos no prazo.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – Segundo Planejamento Estratégico deste Regional, o indicador nº 7, refere-se a Taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau, que em 2011 foi de 30%.

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1899 (mil oitocentos e noventa e nove) processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1020 (mil e vinte) execuções trabalhistas *stricto sensu*, constantes do Quadro I, item 23, excluindo-se os processos de executivo fiscal;
- b) 205 (duzentas e cinco) execuções fiscais, constantes do Quadro II-A, item 19, lançadas no Boletim Estatístico sob a denominação “execução penalidade administrativa imposta”;
- c) 667 (seiscentos e sessenta e sete) processos arquivados provisoriamente, conforme Quadro I, item 24;
- d) 7 (sete) execuções de contribuições previdenciárias, inseridas no Quadro XII, item 5.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara do mês de junho de 2012.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual no ano 2011, cuja média de processos em fase de execução foi de 1663 (mil seiscentos e sessenta e três), constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

Conforme Planejamento Estratégico deste Regional, o indicador nº 11, refere-se a Taxa de congestionamento na fase de execução, que em 2011 foi de 81,2%.

1.13. PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA 45 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – De acordo com o levantamento realizado nos Quadros II-C dos Boletins Estatísticos, ano 2011, constatou-se que esta Vara do Trabalho recebeu 7 (sete) ações relativas à nova competência da Justiça do Trabalho.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

2.1. PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia 17-7-2012 havia 14 (quatorze) processos:

- a) procedimento sumariíssimo: 5 (cinco) processos;
- b) procedimento ordinário: 5 (cinco) processos;
- c) instrução: 2 (dois) processos;
- d) tentativa de conciliação na fase de execução: 2 (dois) processos.

Foram examinados os autos dos processos 01157/12, 01288/12, 01270/12, 01275/12, 01277/12, 01281/12, 00050/12, 01146/12, 01148/12 e 00730/12, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, PARÁGRAFO ÚNICO, e 171, do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do procedimento sumariíssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do (a) Meritíssimo (a) Juiz (a): sentenças e despachos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01288/12, 01270/12, 01275/12, 01277/12: processos do procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (18 dias).

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Exame dos autos dos processos 01251/12, 01293/12, 01303/12, 01065/12, 01210/12, 00095/12, 00099/12, 01342/12, 01217/12 e 01235/12 quanto: aos registros da tramitação na capa do processo; à regularidade do despacho “cumpra-se”; à expedição dos mandados (Provimento nº 1, de 2008, do TRT da 3ª Região); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias e à regularidade na numeração, conforme artigo 15, § 1º, do Provimento nº 1, de 2008, do TRT da 3ª Região.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – Examinaram-se os autos dos processos 02048/11, 01361/11, 01334/10, 01062/09, 00055/12, 00479/12, 00315/12, 00611/12, 00735/12 e 00346/12.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria Regional quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara quando da devolução dos autos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01361/11: julgamento designado *sine die*; excesso de prazo para prolação de sentença pelo MM. Juiz Marco Antônio Oliveira; excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 86 - (mais de 20 dias);

- 01334/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 47 - (mais de 10 dias);

- 00055/12, 00479/12, 00611/12 e 00735/12: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

- 00315/12 e 00346/12: processos com expedição de Carta Precatória Inquiritória, porém sem designação de data para realização da audiência de instrução; ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta

precatória inquiritória, contrariando recomendação da egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos 01028/10, 01773/10, 01393/10, 01251/11, 00257/11, 01455/11, 01442/10, 00621/11, 01731/09 e 00852/10 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão dos autos ao Juiz (a) para decisão); cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3.º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento nº 4, de 2001, do TRT da 3ª Região; cumprimento dos ofícios nº 106 e 108, de 2010, expedidos pela Corregedoria Regional, que determina o lançamento do código “056” (processo em fase de execução) no sistema informatizado, referente a todos os autos de processo, no momento em que houver a homologação do cálculo de liquidação (PP-00427-2010-000-03-00-1); recomendações constantes do relatório final das atividades da comissão criada pelo Ato GCGJT nº 6, de 2010, encaminhado por meio do ofício eletrônico nº 3, de 2011 e Recomendação CGJT nº 1, de 2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 16 de fevereiro, de 2011, que ficam fazendo parte integrante desta ata.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01028/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 112 - (mais de 30 dias);
- 01773/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 22 - (mais de 10 dias);
- 01393/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 115 - (mais de 10 dias);
- 01442/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 111 - (mais de 10 dias);
- 00621/11: excesso de prazo para prolação de sentença pelo MM. Juiz

Marco Antônio de Oliveira;

- 00852/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f.113 - (mais de 10 dias) e f. 153 (mais de 20 dias).

2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 169 (cento e sessenta e nove) processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos dos processos 02213/11, 01101/12, 00659/12, 00648/12, 00561/12, 00533/12, 00341/1, 00228/11, 00238/12 e 00062/12 verificados os itens relativos ao motivo do adiamento; ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H, da CLT, assim como prazos e atos processuais.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01101/12, 00659/12, 00648/12, 00561/12, 00533/12, 00341/1, 00238/12 e 00062/12: processos com determinação de perícia, porém sem designação de data para realização da audiência de instrução;

- 00228/11: processos com expedição de Carta Precatória Inquiritória, porém sem designação de data para realização da audiência de instrução; ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

Se não for possível a realização, integralmente, da audiência na mesma data, em caso de força maior, a sua continuação deverá ser marcada para a primeira pauta desimpedida, nos termos do artigo 849, da CLT. Recomenda-se, portanto, a inclusão na pauta dos processos *sine die* e/ou sem audiência, quando o motivo ensejador do adiamento seja a realização de perícia e/ou oitiva de testemunha por meio de Carta Precatória Inquiritória.

2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO – Examinados os autos dos processos 01188/12, 01187/12, 01178/12, 01177/12, 01130/11, 01128/12, 01112/12, 01106/12, 01046/11 e 00247/12.

Inspecionaram-se o cumprimento dos comandos dispostos no artigo 832, §§ 3º e 4º, da CLT, a existência de documentos grampeados na contracapa do processo (ex: CTPS, TRCT e CD/SD), bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 (sete) ações civis públicas, até a presente data, em tramitação.

2.9. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 (duas) ações coletivas, até a presente data, em tramitação.

2.10. PROCESSOS JULGADOS – Examinados os autos dos processos 01658/11, 01224/11, 00862/12, 01835/10, 00767/11, 01227/12, 01168/12, 00427/12, 00198/12 e 01205/12.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do (a) MM. Juiz (a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o (a) MM. Juiz (a), à correta numeração de folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos de procedimento sumariíssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00767/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 419 - (mais de 10 dias);
- 01168/12: processo do procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (18 dias);
- 01205/12: processo do procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (16 dias).

Recomenda-se aos MM. Juízes que se profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 01109/12, 01517/10, 00642/10, 01686/11, 01208/12, 02170/11, 00865/12,

00752/12, 01634/10 e 00434/12.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do (a) Diretor (a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01109/12, 01686/11 e 01208/12: processos do procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (18 dias);

- 01634/10: excesso de prazo para prolação de sentença pelo MM. Juiz Marco Antônio Oliveira; excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 318 - (mais de 40 dias).

2.12. PRECATÓRIOS – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, foi expedido 1 (um) precatório no ano em curso, até a presente data, nos autos do processo 00184/00, que se encontram na Secretaria de Execuções e Precatórios.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 17-7-2012:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 17 (dezesete) dias;
- b) **procedimento ordinário:** 33 (trinta e três) dias;
- c) **instrução:** 124 (cento e vinte e quatro) dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 17-7-2012, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 16 (dezesesseis) dias (2-8-2012);
- b) **procedimento ordinário:** 30 (trinta) dias (16-8-2012);
- c) **instrução:** 136 (cento e trinta e seis) dias (30-11-2012).

CORREIÇÃO DE 2011: Na correição realizada em 23-2-2011, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 16 (dezesesseis) dias;

- b) procedimento ordinário: 80 (oitenta) dias;
- c) instrução: 89 (oitenta e nove) dias.

A disponibilidade de pauta foi:

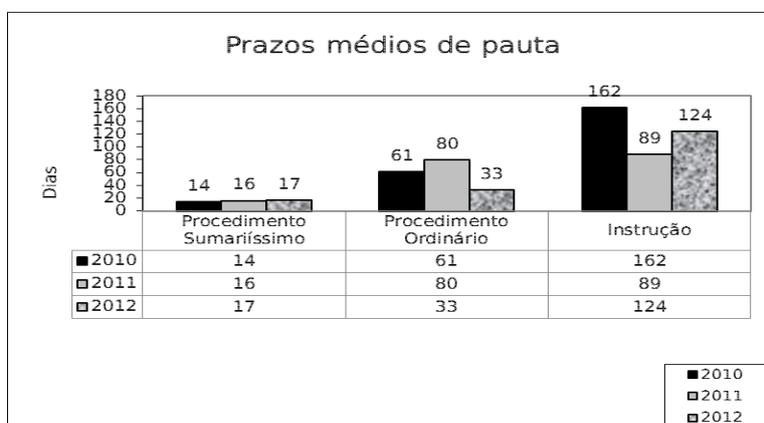
- a) procedimento sumariíssimo: 15 (quinze) dias;
- b) procedimento ordinário: 75 (setenta e cinco) dias;
- c) instrução: 72 (setenta e dois) dias.

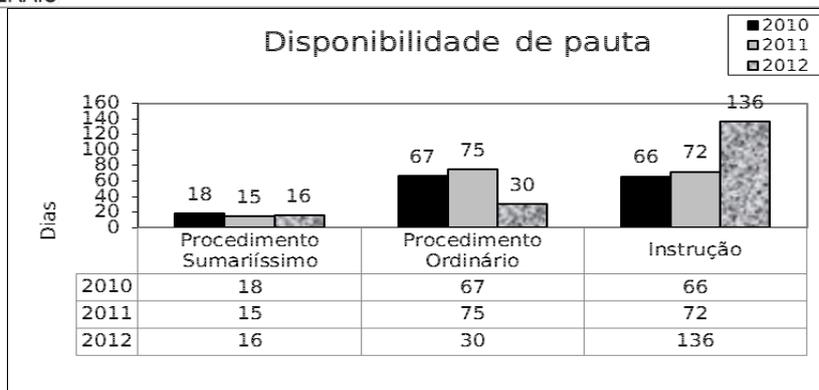
CORREIÇÃO DE 2010: Na correção realizada no dia 19-3-2010, em relação à pauta daquele dia, os prazos médios foram:

- a) procedimento sumariíssimo: 14 (quatorze) dias;
- b) procedimento ordinário: 61 (sessenta e um) dias;
- c) instrução: 162 (cento e sessenta e dois) dias.

A disponibilidade de pauta foi de:

- a) procedimento sumariíssimo: 18 (dezoito) dias;
- b) procedimento ordinário: 67 (sessenta e sete) dias;
- c) instrução: 66 (sessenta e seis) dias.





Obs.: Os dados acima aferidos são correlatos aos indicadores estratégicos constantes do Plano Plurianual 2010/2014, a saber: Indicador nº 8: Índice de celeridade processual - Procedimento sumariíssimo; Indicador nº 9 - Índice de celeridade processual – Audiência Inaugural Ordinária; e Indicador nº 10 - Índice de celeridade processual – Audiência de Instrução.

No ano 2011, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) **sentenças de conhecimento:** 951 (novecentas e cinquenta e uma), média de 4,25 (quatro vírgula vinte e cinco) por dia;
- b) **decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração:** 272 (duzentas e setenta e duas), média de 1,21 (uma vírgula vinte e uma) por dia;
- c) **decisões na fase de execução:** 165 (cento e sessenta e cinco), média de 0,74 (zero vírgula setenta e quatro) por dia;
- d) **total:** 1388 (mil trezentos e oitenta e oito) processos conclusos para decisão no período, média total de 6,20 (seis vírgula vinte) por dia de expediente forense.

	Ano-2011	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	951	4,25
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	272	1,21
Decisões na fase de execução	165	0,74
Total	1388	6,20

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em junho de 2012, com 20 (vinte) dias úteis, realizaram-se:

- a) **audiências de procedimento sumariíssimo:** 115 (cento e quinze), média de

5,75 (cinco vírgula setenta e cinco) por dia;

b) audiências de procedimento ordinário: 110 (cento e dez), média de 5,50 (cinco vírgula cinquenta) por dia;

c) audiências de instrução: 114 (cento e quatorze), média de 5,70 (cinco vírgula setenta) por dia;

d) audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução: 86 (oitenta e seis), média de 4,30 (quatro vírgula trinta) por dia;

e) total de audiências: 425 (quatrocentas e vinte e cinco), média de 21,25 (vinte e uma vírgula vinte e cinco) por dia.

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	115	5,75
Procedimento ordinário	110	5,50
Instrução	114	5,70
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	86	4,30
Total	425	21,25

No mês de junho de 2012, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, foram proferidas 82 (oitenta e duas) sentenças de conhecimento, conforme apurado no Quadro III, 26 (vinte e seis) sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme item nº 3, do Quadro II-B. Foram conciliados 76 (setenta e seis) processos, conforme se verificou do Quadro III.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação do Diretor de Secretaria, que, nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira, com pauta dupla na quarta-feira. As audiências iniciam-se às 8h20min. O intervalo entre as audiências é de 10 (dez) minutos para as de procedimento sumariíssimo e para as de procedimento ordinário e de 15 (quinze) minutos para as instruções.

De acordo com o Sr. Diretor de Secretaria, nesta Vara do Trabalho, são exarados, em média, 880 (oitocentos e oitenta) despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Há auxílio fixo nesta Vara, desde 16-8-2010, conforme Ato da Presidência deste Regional, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 24-6-2010, p. 1 e 2.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que se observe o que dispõe o artigo 118-B, do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 3ª Região.

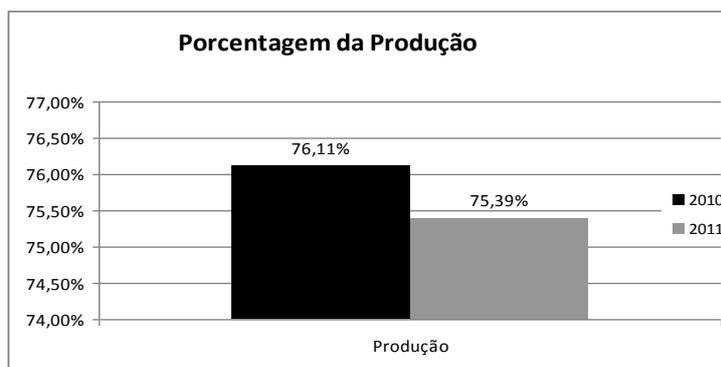
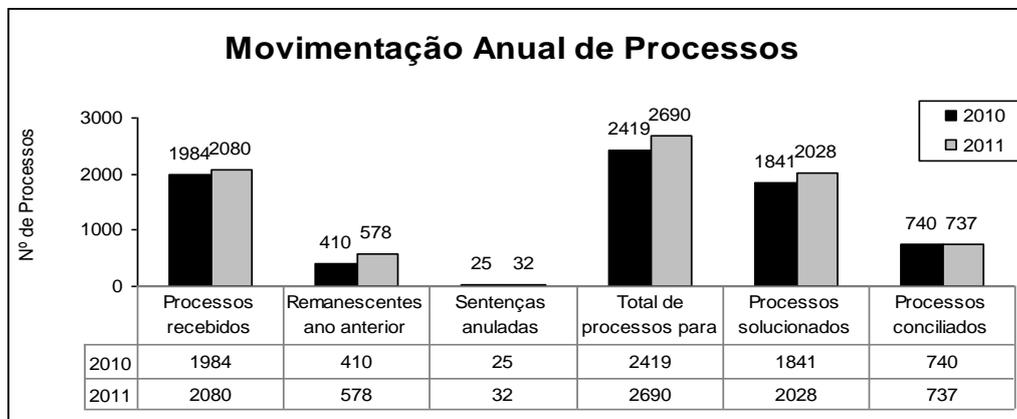
5. PRODUÇÃO – Do total de 2690 (dois mil seiscentos e noventa) processos para solução em 2011, 2080 (dois mil e oitenta) foram recebidos no ano 2011, 578 (quinhentos e setenta e oito) são processos remanescentes de 2010 e 32 (trinta e dois) são processos oriundos de sentenças anuladas. A média de processos recebidos por dia útil foi de 9,28 (nove vírgula vinte e oito). No ano 2011, foram solucionados 2028 (dois mil e vinte e oito) processos, dos quais 737 (setecentos e trinta e sete) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 75,39% (setenta e cinco vírgula trinta e nove por cento).

Do total de 2419 (dois mil quatrocentos e dezenove) processos para solução em 2010, 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro) foram recebidos no ano 2010, 410 (quatrocentos e dez) são processos remanescentes de 2009 e 25 (vinte e cinco) são processos oriundos de sentenças anuladas. No ano 2010, foram solucionados 1841 (mil oitocentos e quarenta e um) processos, dos quais 740 (setecentos e quarenta) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 76,11% (setenta e seis vírgula onze por cento).

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 4,84% (quatro vírgula oitenta e quatro por cento) no número de processos recebidos no ano 2011. Quanto à produção, verificou-se que em 2011 houve uma diminuição de 0,72% (zero vírgula setenta e dois por cento).

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos		
	2010	2011
Processos recebidos	1984	2080
Processos remanescentes do ano anterior	410	578
Sentenças anuladas	25	32
Total de processos para solução	2419	2690
Processos solucionados	1841	2028
Processos conciliados	740	737
Produção	76,11%	75,39%



6. ARRECADAÇÃO – Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho, ano 2011, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o registro dos seguintes valores:

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.664.895,76	R\$522.496,41

Nas Varas do Trabalho de Uberlândia, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria Regional acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$2.086.651,86 e do Imposto de Renda em R\$577.356,84. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária e de imposto de renda abaixo da média.

Recomenda-se ao Sr. Diretor de Secretaria que sejam observados os lançamentos das guias de recolhimento previdenciário e de imposto de renda.

7. PORTARIAS – De acordo com o Sr. Diretor de Secretaria, encontram-se em vigor, nesta Vara do Trabalho, as Portarias nº 1 e nº 2, de 1999, que regulamentam a prática de atos ordinatórios pelos servidores.

8. BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD – Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou que o Juízo emprega o BACENJUD, o INFOJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Constatou, ainda, que não havia ordens de bloqueio do BACENJUD pendentes nesta Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou, dentre outros aspectos, a muito boa organização da Secretaria. Foram examinados 82 (oitenta e dois) autos de processos, sendo que em 9 (nove) foram encontrados excessos de prazo, que são inadmissíveis. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial, devem ser mais bem observados.

Foi indagado o Sr. Diretor da Secretaria se existe algum processo fora do arquivo que não foi possível ser examinado, se há alguma determinação de conclusão que não foi cumprida, se algum processo está desviado, sem o alcance da inspeção do Desembargador Corregedor ou, por último, que não foram lançados, tendo sido respondido negativamente.

Durante os trabalhos de correição foi observada a Instrução Normativa nº 4, de 3-11-2011, artigo 7.º, que suspendeu os prazos no período de 14-11 a 27-11-2011.

10. RECOMENDAÇÕES:

Recomenda o Desembargador Corregedor que seja (m):

a) observada, quando da desconsideração da personalidade jurídica do executado, a citação dos sócios acerca das suas responsabilidades subsidiárias, de que trata o artigo 596 do CPC, atentando assim para a disposição contida no artigo 79, inciso III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, bem como promovam o seu lançamento no polo passivo da execução;

b) redobrada a proverbial e intensa atividade jurisdicional para imprimir

paulatina e constante diminuição do resíduo de processos pendentes de execução, assumindo o magistrado a condução do processo executivo; naturalmente, com a indispensável colaboração de servidores qualificados, em ordem a dar expressão prática ao imperativo constitucional da duração razoável do processo de que trata o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Lei Magna;

c) cumprido o Provimento nº 1, de 2012, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados relativamente a credores trabalhistas de empresa falida ou em recuperação judicial;

d) cumprida a recomendação nº 1, de 16 de fevereiro, de 2012, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de observar a prática de atos de execução indispensáveis, antes do arquivamento dos autos;

e) observada, quanto à CNDT instituída pela Lei nº 12.440, de 7 de julho, de 2011, a padronização regulamentada pela Resolução Administrativa nº 1470, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, constantes do Ato TST-GP nº 772, de 2011, do Ofício Circular TST-GP 993, de 2011 e Ato TST-GP nº 1, de 2012;

f) consultado o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, antes de devolver sobras de execução aos devedores, tanto de depósitos judiciais quanto recursais;

g) priorizada a tramitação e o julgamento das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme recomendação do Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, contida no OF.CIRC.TST.GP 338, de 2011;

h) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho CGJT 0002/2010 – TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10-6-2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;

i) observado o disposto no Ato GCGJT 017/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 12-9-2011, p. 1/2, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, baseado na decisão do Conselho Nacional de Justiça (Consulta 0000534-85.2011.2.00.0000), “na

qual fora assentada a orientação, para os fins da Meta 3 do CNJ, de 2010, de que a expedição de certidão de crédito trabalhista não autoriza a baixa definitiva do processo executivo, por não se encontrar exaurida a prestação jurisdicional';

j) informado ao INSS, por meio do e-mail pfmq.regressivas@agu.gov.br, a respeito de ações trabalhistas que versem sobre acidentes de trabalho, após a decisão sobre a culpa do empregador em 1ª e 2ª instâncias, independente do trânsito em julgado, permitindo que mencionado órgão adiante as providências necessárias para o ajuizamento de ações regressivas contra os responsáveis, na forma prevista no artigo 120, da Lei nº 8.213, de 1991, com cópia para o endereço regressivas@tst.jus.br, nos termos do OF.TST.GP nº 218/2012;

k) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição, consoante recomendação da egrégia Corregedoria-Geral;

l) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada no período de 27-2 a 2-3-2012, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Antônio José de Barros Levenhagen, de que, havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando, e não dividindo as funções judicantes que lhe são inerentes; notadamente, na fase de execução;

m) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante a Vara já venha adotando tal procedimento;

n) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

o) regularizado, em 30 (trinta) dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e meta inserida no planejamento estratégico do TRT da 3ª Região, devendo, após o prazo supra, ser oficiada a Corregedoria;

p) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiratória, consoante recomendação da egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do

Trabalho);

q) incluídos na pauta os processos *sine die* e/ou sem audiência marcada, quando o motivo ensejador do adiamento seja a realização de perícia e/ou oitiva de testemunha por meio de Carta Precatória Inquiritória;

r) os despachos proferidos, quando do impulso oficial e apreciação de documentos, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189, do CPC;

s) evitada a designação de audiência de julgamento *sine die* devendo as partes ser intimadas intimadas do dia e horário da publicação da sentença, quando não proferida na própria audiência em que se encerrar a instrução processual;

t) as decisões proferidas no prazo do inciso II do artigo 189 do CPC.

10.1. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2011:

O Desembargador Corregedor verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formuladas naquela oportunidade:

a) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

O Desembargador Corregedor reitera a observância da recomendação acima elencada.

11. METAS ESTRATÉGICAS

11.1 METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ANO 2012:

Durante o V Encontro Nacional do Judiciário, definiram-se as metas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2012, dentre elas, sob coordenação desta Corregedoria:

Meta 1 - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012;

Meta 2 - Julgar, até 31-12-2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos (...) em 2008, na Justiça do Trabalho (...).

Naquela oportunidade também foram definidas as **Metas Específicas para**

2012 que devem ser alcançadas por cada segmento de Justiça. Especificamente ao Judiciário Trabalhista, sob a coordenação desta Corregedoria Regional, ficou determinada a seguinte meta:

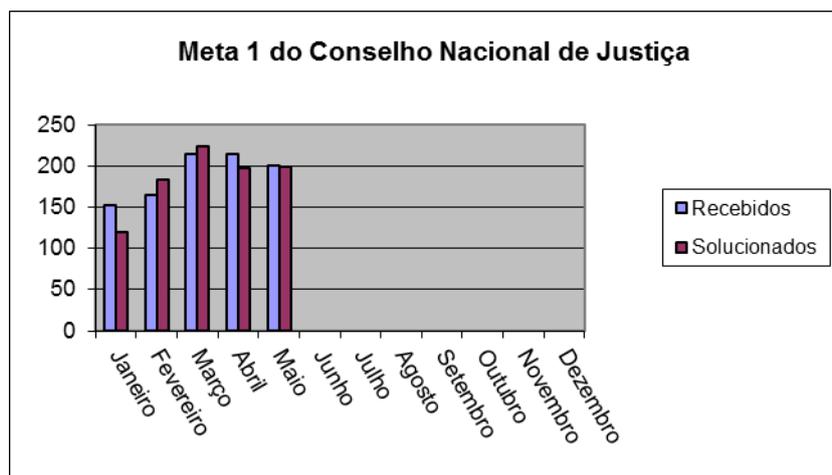
Meta 17 - Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

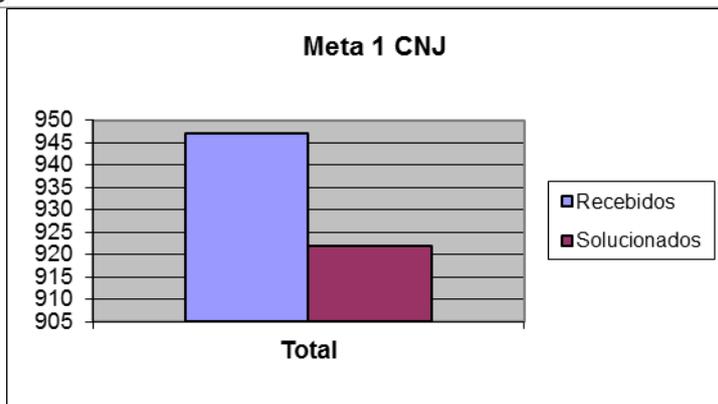
Consultando os relatórios estatísticos, constatou o Desembargador Corregedor os seguintes dados que retratam a situação da Vara relativamente à Meta Prioritária nº 1:

META 1 – CNJ

2ª Vara do Trabalho de Uberlândia *			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Janeiro	153	119	77,8%
Fevereiro	165	184	111,5%
Março	214	223	104,2%
Abril	215	197	91,6%
Maio	200	199	99,5%
Total	947	922	97,4%

* Dados conforme tabela estatística de “movimento processual das Varas do Trabalho” disponível no sítio do TRT 3ª Região





Relativamente à Meta Prioritária nº 2, conforme dados extraídos dos relatórios gerenciais da Vara, constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que existem os processos 00790/08 e 01254/08 pendentes de julgamento.

Examinados os autos dos processos constatou-se:

- 00790/08: audiência designada para o dia 7-11-12;
- 01254/08: audiência designada para o dia 21-9-12.

Recomenda o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que sejam envidados esforços visando o julgamento dos processos acima indicados, buscando o atendimento à Meta Prioritária.

No tocante as Metas Nacionais do Judiciário para o ano 2012, todos os dados encontram-se no sítio do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br), podendo ser acessado por qualquer cidadão.

11.2. METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – TRT 3ª REGIÃO

Os indicadores estratégicos constantes do Planejamento Estratégico para o Biênio 2012/2013 são:

Indicador 7: Taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau;

Indicador 8: Índice de celeridade processual - Procedimento sumariíssimo;

Indicador 9: Índice de celeridade processual - Audiência Inaugural Ordinária;

Indicador 10: Índice de celeridade processual - Audiência de Instrução;

Indicador 11: Taxa de congestionamento na fase de execução.

A descrição detalhada dos indicadores está disponível no *link* Gestão Estratégica na página deste Regional.

Destaca-se que em relação ao indicador nº 11 não foi estipulada meta para 2012. Entretanto, a meta nacional nº 17 determina o aumento de 10% no quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor ressalta a importância no cumprimento das Metas Nacionais Prioritárias nº 1, 2 e 17, que serão objeto de acompanhamento mensal pela Corregedoria, solicitando aos magistrados empenho para que o TRT da 3ª Região venha a cumpri-las integralmente, dispensando, assim, eventuais ações específicas que poderão ser adotadas ao longo deste ano.

12. CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No que se refere ao controle de gastos e preservação do meio ambiente, porque perene, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Corregedor a importância de continuidade da observância das recomendações previstas nas Metas Nacionais Prioritárias nº 6 e 10, do ano 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária 6: reduzir pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível;

Meta Prioritária 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que esta unidade continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT da 3ª Região, em atendimento à Recomendação nº 11, do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio, de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, em consideração ao consignado na ata da 4ª Reunião Ordinária do Coleprec, seja observada a Instrução Normativa nº 1, de 2010, do TRT da 3ª Região, no que tange ao limite de impressão de arquivos recebidos, por meio do



sistema e-DOC, respeitando-se o limite de 20 folhas ou 40 páginas frente e verso.

Reforça o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que as Varas e os Foros se abstenham de fazer a remessa de boletins estatísticos à Secretaria da Corregedoria Regional, via postal, com Aviso de Recebimento (AR), devendo tal expediente ser encaminhado por meio do envelope reutilizável de expediente interno, via malote.

Diante das medidas adotadas por este Tribunal, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomendo: a) realizar, anualmente, o Dia do Descarte, conforme Portaria nº 97, de 2008, do TRT da 3ª Região, em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando houver necessidade de impressão de um documento, optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, acessar o *site* “Ambiente Legal”; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes a fim de facilitar o inventário anual, conforme determinado no Ato Regulamentar nº 7, de 30 de outubro, de 2008.

13. OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Corregedor estimou que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento de sua missão institucional, qual seja “Solucionar conflitos nas relações de trabalho, por meio da contribuição de magistrados e servidores, oferecendo à sociedade justiça e desenvolvimento social.”

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor reforça e manifesta que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da nossa Visão de futuro em “ser referência na sociedade por meio da prestação jurisdicional, caracterizada pela celeridade e qualidade no atendimento aos usuários e pela excelência dos seus processos de gestão”.

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme solene e

enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação alguma de advogados ou partes quanto aos serviços prestados por esta Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 15 horas, do dia dezessete de julho de 2012, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, **Sylvio Túlio Peixoto** _____, Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, observada a recomendação da Comissão de Gestão Ambiental, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto e pelo Diretor de Secretaria. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Diretor da Secretaria acima nominado, foi composta pelos servidores Álvaro Antônio da Cruz Gomes, José Múcio Antônio Lambertucci e Luigi Adriano Pereira de Souza.

Bolívar Viégas Peixoto
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

Marco Aurélio Marsiglia Treviso
Juiz do Trabalho Substituto

Guilherme Egídio Cunha Costa
Diretor de Secretaria